



**VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP
São Tomé e Príncipe, 31 de Julho de 2001**

RESOLUÇÃO SOBRE A REVISÃO DOS ESTATUTOS DA CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –CPLP, reunido em São Tomé, na sua VI Reunião Ordinária, no dia 31 de Julho de 2001,

Considerando que, cinco anos depois da criação da CPLP, há necessidade de se proceder à adequação dos instrumentos jurídicos reguladores das actividades da Organização;

Tendo analisado as conclusões do trabalho do Comité de Concertação Permanente da CPLP sobre questões estatutárias, que consideram que os instrumentos jurídicos existentes garantem o bom funcionamento da CPLP, requerendo-se apenas o reforço de alguns mecanismos;

Considerando que o Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo e o Presidente do Conselho de Ministros da CPLP desempenham um papel importante no acompanhamento das actividades dos demais órgãos da CPLP;

Tendo em conta a interacção crescente dos diversos sectores governamentais e da sociedade civil dos Estados membros e a importância do acompanhamento das suas actividades;

Tendo presente o disposto no artigo 20º dos Estatutos da CPLP;

Decide aprovar as seguintes alterações aos Estatutos da CPLP, propostas pelos Estados membros:

Artigo 1º

São introduzidos nos Estatutos da CPLP os novos artigos 9º (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo) e 11º (Competências do Presidente do Conselho de Ministros).

Artigo 2º

É alterada a numeração dos seguintes artigos:

- O artigo 9º (Conselho de Ministros) passa a artigo 10º.
- O artigo 10º (Comité de Concertação Permanente) passa a artigo 12º.
- O artigo 11º (Secretariado Executivo) passa a 13º, e assim sucessivamente.

Artigo 3º

O artigo 3º (Objectivos) passa a ter a seguinte redacção:

São objectivos gerais da CPLP:

- a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.
- a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Artigo 4º

O artigo Art. 9º (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo) tem a seguinte redacção:



- São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:
- Presidir as reuniões da Conferência;
- Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência;
- Representar a CPLP quando apropriado;
- Convocar e transmitir orientações ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 5º

O artigo Art. 11º (Competências do Presidente do Conselho de Ministros) tem a seguinte redacção:

- São competências do Presidente do Conselho de Ministros:
- Presidir as reuniões do Conselho;
- Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- Representar a CPLP quando apropriado;
- Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 6º

O artigo 12º (Comité de Concertação Permanente) passa a ter a seguinte redacção:

- Comité de Concertação Permanente é constituído por um Representante de cada um dos Estados membros da CPLP.
- Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros.
- O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
- O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
- As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
- O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
- O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 9º *ad referendum* do Conselho de Ministros.

Artigo 7º

O artigo 13º (Secretariado Executivo) passa a ter a seguinte redacção:

- O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
- Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;



- Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
- Acompanhar a execução das decisões das reuniões sectoriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
- O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 8º

O artigo 14º (Secretário Executivo) passa a ter a seguinte redacção:

- O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP, eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
- São principais competências do Secretário Executivo:
- Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
- Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
- Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
- Propor a convocação de reuniões extraordinárias para a discussão de problemas concretos na área da ajuda humanitária de emergência;
- Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
- Representar a CPLP nos *fora* internacionais;
- Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente.

Artigo 9º

O artigo 19º (Proveniência dos fundos) passa a ter a seguinte redacção:

- Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
- É criado um Fundo Especial, com Regimento próprio aprovado pelo Conselho de Ministros, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas.

Artigo 10º

O artigo 20º (Orçamento) passa a ter a seguinte redacção:

- O Orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.
- A proposta orçamental é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

Artigo 11º

As presentes alterações entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

Artigo 12º

O original da presente Resolução será depositado na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo a todos os Estados membros.



São Tomé, 31 de Julho de 2001